

Massacre no salário ataca a greve geral



Na Vila Euclides, a manifestação de que o povo já não suporta o governo da fome.

Em meio à preparação da greve geral do dia 21 contra a política econômica do governo, os trabalhadores foram surpreendidos por um novo pacote de arrocho: o general Figueiredo mudou a lei salarial, baixando para 80% do INPC os reajustes salariais. Isso levou ainda mais lenha à fogueira da greve geral. Veja matérias na página 8.

Novo ataque militar contra os salários dos trabalhadores

Conselho de Segurança Nacional arrocha os salários. Página 8

EDITORIAL

O golpe branco

Na última quarta-feira, através de um golpe branco, transmitido em cadeia nacional de televisão, o Conselho de Segurança Nacional assumiu de fato a chefia do governo. O sr. Aureliano Chaves, embora formalmente seja anunciado como presidente interino, continua como vice.

Esta verdadeira Junta Militar no poder baixou imediatamente um novo pacote através do decreto-lei 2.045. Mas além do brutal achatamento salarial esta medida tem outras consequências alarmantes. Foi oficializada a submissão completa aos ditames do FMI. E a responsabilidade pelos resultados sociais desta política passou diretamente para o Conselho de Segurança. Ou seja, o massacre dos salários tornou-se uma questão de segurança nacional. Dito de outra forma, para o poder dominante voltou a vigorar o velho ditado entreguista: "o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil". E Lei de Segurança Nacional para quem não ficar satisfeito.

O fato, extremamente grave, tem o mérito de revelar mais uma vez a verdadeira face do regime militar. Os generais estão comprometidos até a raiz dos cabelos com os interesses do capital financeiro internacional. E não vacilam diante de nada para contentar as suas exigências. Tão grande é o afã de servir aos seus senhores que não têm vergonha de vir a público e pedir que "cada brasileiro compreenda a importância e a necessidade de seu sacrifício". Isto quando recentemente foi noticiado que o Citibank teve em nosso país, no ano passado, o recorde de seus lucros no mundo inteiro. Quando todo mundo sabe que a fome dos trabalhadores está sendo transformada em bilhões de dólares para pagar a dívida externa, sob o comando implacável do FMI.

Nunca o nosso país foi tão humilhado em sua história. Nunca a classe operária e o povo brasileiro passaram uma situação tão dramática. Nunca ficou tão evidente que caso não se levante uma poderosa fortaleza de massas, com os trabalhadores à frente, o Brasil pode voltar à condição de colônia e os brasileiros se transformarem em novos escravos sob o chicote do capitalismo internacional.

As autoridades condenam a greve política realizada no ABC, em Paulínia e em Matarape. E trovejam ameaças contra a greve geral marcada para o dia 21. Mas por suas medidas atomizadoras e antioperárias só podem convencer a setores ainda mais amplos do povo de que não resta outro caminho senão o da luta. A arrogância com que decretam novos e novos pacotes e espalham a miséria entre os trabalhadores só pode significar mais lenha na fogueira da greve geral.

O proletariado, todas as forças populares, todos os democratas e patriotas sinceros e honestos têm pela frente nesta semana em particular uma responsabilidade: encontrar imediatamente uma linguagem comum na ação, uma unidade de aço, num protesto nacional de vulto. O apoio ou não à greve geral marcada pelos trabalhadores delimita neste momento o campo entre a traição nacional e a defesa da pátria, entre a liberdade e a ditadura. Cada brasileiro tem que se definir. E a imensa maioria já escolheu seu lugar.

As chantagens dos governantes, com boatos de intervenção e de Estado de Emergência não servem de pretexto para sufocar a resistência do povo. Não se pode desprezar nunca as garras dos fascistas. Mas não será a capitulação que resolverá este problema. A saída para a crise está nas mãos das forças democráticas e do povo unido, e na sua luta pelo fim do regime militar e pela conquista da liberdade.



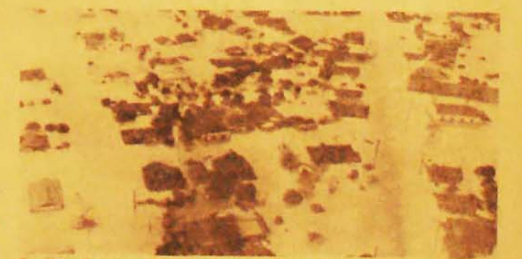
O governador assumiu o compromisso perante vários sindicalistas.

Montoro promete que não haverá repressão dia 21

Para ele, a greve é um direito dos trabalhadores. As repercussões políticas do movimento na página 3.

Como andam os preparativos para a greve do dia 21

Em São Paulo e outros Estados, os operários jogam numa grande paralisação. Última página.



Em Santa Catarina milhares de famílias estão desabrigadas.

O que levou os brasileiros à greve geral?

As reivindicações da greve do dia 21, na pag. 7.

Misérias de cheia e da seca no Brasil

No Sul, o flagelo das cheias. No Nordeste a seca. Página 4.

As greves no mundo contra o FMI

Aonde o FMI dita a economia, os trabalhadores são levados à greve para defender seus direitos. Pag. 2



Manifestação em Lodz, em 1982. A Polónia tem sido palco de vigorosas greves operárias, desde 1980.

Crise provoca greves gerais em todo o mundo

A crise económica e as imposições do FMI estão levando os trabalhadores de todo o mundo a vigorosos protestos. No Brasil as greves de petroleiros e metalúrgicos criam condições para a greve geral marcada para o dia 21 de julho. No mundo todo há mais de três anos começou uma verdadeira epidemia de greves gerais.

1980

No segundo semestre de 1980, quando a fase mais intensa da recessão no mundo capitalista-revisionista apenas se iniciava, o elo mais fraco da cadeia era sem dúvida a Polónia. A beira da falência e sem ter como pagar suas dívidas com os Bancos ocidentais, o governo de Varsóvia impôs medidas de austeridade para a população. O brutal aumento do preço da carne foi o estopim para uma impressionante "reação em cadeia" de protestos e mobilizações operárias. Este processo desembocou numa poderosa greve geral que paralisou por completo o país no dia 16 de agosto. O governo acabou sendo forçado a assinar os chamados "acordos de Gdansk", duas semanas após ter dado existência legal ao "Solidarnosc".

No mês de julho os trabalhadores bolivianos tentaram resistir ao golpe militar do general traficante Garcia Meza com uma greve geral puxada pela Confederação Operária Boliviana. Num primeiro momento a mobilização não conseguiu evitar o golpe, a greve foi desarticulada.

Em 11 de outubro do mesmo ano foi a luta contra o desemprego que provocou uma greve geral de 8 horas na Itália. Os operários da Fiat já estavam em greve há um mês, contra um plano de demissões na empresa, que deveria atingir 23 mil trabalhadores. Organizada pelas três principais centrais sindicais do país, como ação de apoio e solidariedade aos grevistas da Fiat, a greve geral contou com a adesão de 9 milhões de trabalhadores.

1981

Em 1981 a situação de recessão e desemprego se aprofundou ainda mais em todo o mundo e o centro de ebulição grevista continuou a ser a Polónia revisionista. Nesse ano, o governo de Varsóvia enfrentou nada menos que três greves gerais, com total respaldo da população. A última, em 28 de outubro, deixou o país numa situação de impasse política e social, só "resolvido" em dezembro com o golpe do General Jaruzelski.

Nesse ano a América Latina foi palco de três importantes ensaios de greve geral que não chegaram a se concretizar. Em janeiro os revolucionários de El Salvador proclamaram a paralisação, no bojo de uma ofensiva que não logrou uma vitória militar definitiva. Ainda em janeiro, os trabalhadores do Peru deflagraram uma greve geral contra o aumento dos preços dos alimentos e combustíveis. O movimento se restringiu à capital, Lima. Na Argentina os sindicalistas tentaram convocar uma greve geral contra a política económica do governo a 23 de julho, em pleno regime fascista. Cerca de 3 milhões de trabalhadores aderiram à paralisação.

Cabe ressaltar ainda em 1981 as importantes greves dos mineiros da África do Sul, que pela primeira vez uniram operários brancos e



Manifestação contra o acordo com o FMI em fevereiro deste ano, na Argentina.

negros na luta por aumentos no salário.

1982

Foi no ano de 1982 que pipocaram de lado as greves gerais em todo o globo. A recessão mundial chegava a seu ponto crítico e o FMI distribuía medidas de austeridade a torto e a direito, para os países dependentes à beira do colapso financeiro. Logo no início do ano estourou a greve geral na Índia, parando mais de 12 milhões de trabalhadores em protesto contra a política do FMI. Deixou um saldo de 20 mil presos e vários mortos.

Na Europa o recordista do ano foi Portugal, que teve duas greves gerais organizadas pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IP). A primeira, a 12 de fevereiro, se insurgiu contra a política económica do governo direitista da Aliança Democrática. A segunda, em 11 de maio, foi em protesto contra o assassinato de dois operários pela polícia, nas manifestações de 1º de Maio, no Porto. A Itália viveu, no dia 25 de junho, a maior greve dos últimos 13 anos, com adesão de metade da força de trabalho do país — mais de 10 milhões de trabalhadores. O protesto foi contra a ameaça de extinção do reajuste automático dos salários, conhecido como "escala móvel".

Foi na América do Sul que a mobilização grevista atingiu maior intensidade, adquirindo contornos políticos. Em setembro, na Bolívia, o anúncio de um austero plano económico de emergência, exigido pelo FMI e endossado pelo general ditador Vidales, foi o estopim para um incontrolável surto grevista que rapidamente se alastrou pelo país paralisando a maior parte das províncias. Esta formidável mobilização puxada pela COB provocou a queda do regime militar e a recondução do presidente eleito, Siles Zuazo, ao poder.

Na Argentina as duas centrais sindicais do país deflagraram uma greve geral a 6 de dezembro, exigindo a revogação do acordo firmado pela ditadura com o FMI em novembro. A mobilização recebeu grande adesão, parando 97% da economia. Transformou-se num gigantesco plebiscito de condenação ao regime militar e foi um dos fatores que levou os generais a convocarem eleições livres e diretas para presidente.

No Equador a submissão ao FMI provocou duas paralisações nacionais.

No Oriente Médio, o povo palestino também deflagrou duas greves gerais, nos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. No final de março a mo-

Lições das Greves

Este clima de greves tem trazido importantes lições:

1. Aonde o FMI mete a mão, surge a tendência da greve geral.
2. Com o agravamento das condições de vida e do poder aquisitivo dos trabalhadores, as greves gerais tendem a ser poderosas e massivas.
3. Na atual fase de crise geral do capitalismo, as greves gerais, mesmo que partam de motivos económicos, tendem rapidamente a um grande movimento político independente dos trabalhadores contra os regimes reacionários e contra o FMI.

bilização foi contra a demissão de vários prefeitos palestinos, ordenadas por Begin. Em abril a greve durou uma semana e foi contra o bárbaro atentado sionista contra uma mesquita em Omar, que matou três pessoas.

1983

Este ano igualmente começou fervendo, em matéria de greves gerais. A 18 de janeiro houve uma greve geral na Itália contra uma nova ameaça da Confederação da Indústria de acabar com a escala móvel de salários. A mobilização foi deflagrada por operários indústriais, mas recebeu pronta adesão das demais categorias e acabou provocando a queda do governo democrata-cristão de Amintore Fanfani. Em março, três países da América Latina foram sacudidos por poderosas greves gerais — Peru, Equador e Argentina. Todos estes movimentos se dirigiram contra as medidas do FMI.

Até mesmo no Chile do General Pinochet os trabalhadores tentaram deflagrar uma greve geral no dia 23 de junho passado, na sequência de uma série de jornadas de protestos. A greve só não foi adiante pela ação fulminante da repressão militar.

A América Latina é hoje um dos centros da crise, pois os dois maiores devedores do mundo são o México e o Brasil. Nesses países as medidas do FMI atingem diretamente os salários, a alimentação e a moradia. O Brasil, segundo os banqueiros, é o elo mais fraco do sistema financeiro mundial.

Um jornal para a greve geral

Os últimos acontecimentos devem ter resolvido de uma vez por todas as dívidas ainda restantes sobre a urgente necessidade de um jornal político de massas da classe operária.

Diante de uma crise sem precedentes na história do país, os trabalhadores sentem a necessidade de unirem suas forças em uma greve geral nacional. Precisam mais do que nunca de um instrumento para unificar as informações, sempre deturpadas pela imprensa burguesa, e para formar uma opinião comum sobre os objetivos e tarefas em cada passo da luta.

A Tribuna Operária tem plena consciência de que ainda tem muito a fazer para se colocar à altura desta imensa responsabilidade. Mas confia no inesgotável apoio que tem recebido dos milhares de trabalhadores amigos em todo o país. Para ter condições de elevar a sua qualidade e consolidar suas condições materiais está concluindo uma campanha nacional, que leva o nome de Karl Marx, fundador do socialismo científico.

Nestes dias que restam até o final da campanha, no dia 20, conclamamos os colaboradores para um esforço extra na busca das metas traçadas: alcançar a vendagem de 50 mil exemplares por edição, chegar a 5 mil assinaturas e arrecadar 15 milhões de finanças. Com a ebulição política do país, milhões de trabalhadores despertam para a luta de classes. Cumprir estas metas corresponde portanto a uma exigência real.



Esta talha de Karl Marx, feita pelo artesão Valério de Minas Gerais, especialmente para a Tribuna Operária, será entregue à sucursal que vencer, a nível nacional, a Campanha Karl Marx. Vencedora será a sucursal que mais se destacar no cumprimento das metas de vendas de assinaturas e de jornais e arrecadação financeira para a T.O.

Os resultados parciais

Estado	Venda	Novas assinaturas	Finanças
Mato Grosso do Sul	100%	30	100.000
Paraíba	100%	116	—

Os outros Estados, noticiados em edições passadas, não tiveram alteração.

Assine a Tribuna Operária

Faça logo sua assinatura da Tribuna Operária, que o aumento vem aí! Embora o preço de capa do jornal tenha passado para Cr\$ 100,00, o preço da assinatura continuou o equivalente a Cr\$ 70,00 por exemplar. Mantere-

mos o atual preço da assinatura até o final deste mês, mas a partir de agosto seremos obrigados a também majorá-lo. Portanto, escape deste aumento. Faça hoje mesmo a sua assinatura da Tribuna Operária!



"Meu apoio à Tribuna Operária é total, tendo em vista a importância desse jornal para esclarecer os operários e os trabalhadores do Brasil sobre os verdadeiros problemas que nos atinge. Problemas que são interesse encoberto pelos interesses comerciais e políticos que envolvem outros canais de divulgação da notícia em nosso país, canais que muitas vezes estão comprometidos com o próprio sistema". Sergio Ricardo, cantor, compositor, ator e cineasta.

"Considero este jornal uma trincheira de luta pela liberdade e em defesa dos setores populares. Através da Tribuna Operária podemos ter conhecimento da organização dos trabalhadores, estudantes, donas de casa, etc. Podemos ter a denúncia dos desmandos desse regime. É uma grande contribuição na elevação da consciência política do nosso povo". Clara Araújo, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).



"Como sindicalistas engajados na luta dos trabalhadores rumo à criação da Central Única dos Trabalhadores e a levar à frente as bandeiras da Conclat, devemos assinar os jornais comprometidos com esta luta e que têm tido enormes dificuldades para se manter. Entre estes jornais está a Tribuna Operária, jornal comprometido com a causa dos trabalhadores". Augusto Petta, presidente do Sindicato dos Professores de Campinas-SP.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio anexo cheque nominado à Editora Anita Garibaldi Ltda. R. Adoniran Barbosa, 53 (antiga Trav. Brig. Luis Antonini) — Bela Vista — São Paulo, SP — CEP 01318.

Anual de apoio (52 edições) — Cr\$ 7.000,00
 Semestral de apoio (26 edições) — Cr\$ 3.500,00
 Anual comum (52 edições) — Cr\$ 3.500,00
 Semestral comum (26 edições) — Cr\$ 1.750,00
 Assinaturas do exterior US\$ 70,00

Nome _____
 Endereço _____
 Cidade _____
 Estado _____ CEP _____ Telefone _____
 Data _____ Profissão _____

Mobilização grevista mostra quem é quem na cena política

"Nós sabemos que essa greve está praticamente definindo quem é quem" — comenta o operário metalúrgico e deputado federal Aurélio Peres (PMDB-SP). Ele salienta que "para o movimento sindical ela significa um pacto de unidade na luta. O que unifica é o próprio quadro nacional, mostrando aos que não queriam aderir que, hoje, ou eles aderem ou serão atropelados".

Aurélio vê ainda outra dimensão para o movimento: "A greve do dia 21 define campos não só do ponto de vista da classe operária mas também da frente democrática. Nas oposições, por exemplo, alguns governadores já começaram a se manifestar, contra ou a favor. Isso é básico para os trabalhadores comporem suas alianças: ver quem é contra e também quem fica no meio do caminho. Tancredo Neves diz que se houver greve ele vai reprimir. Já Montoro deu apoio político à greve, dizendo que ela é justa e constitucional. Você vê também a manifestação do vice-governador (Orestes Quéricia), se posicionando com firmeza e apontando o Planalto como adversário".

Realmente, o governador Franco Montoro recebeu terça-feira uma comissão de sindicalistas e garantiu que não haverá repressão ao movimento. "É uma manifestação de protesto de uma classe sacrificada — disse — e que não tem nenhuma preocupação, nenhuma pretensão de agitação ou violência. É o direito que o trabalhador tem de trabalhar ou de não trabalhar. A Constituição reconhece".

Anteriormente, o PMDB e o PT já haviam emitido nota conjunta solidarizando-se com os trabalhadores que se lançam à greve. O próprio presidente em exercício do PMDB,

As paralisações de metalúrgicos, petroleiros e a convocação da greve geral do dia 21 colocaram a classe operária no centro da cena nacional. As diferentes forças políticas tiveram de tomar partido, contra ou a favor do movimento dos trabalhadores.



Aurélio: a greve define campos; Vilela: mensagem aos grevistas; Montoro: direito do trabalhador; Ivetes: polícia é sempre polícia.



Aurélio: a greve define campos; Vilela: mensagem aos grevistas; Montoro: direito do trabalhador; Ivetes: polícia é sempre polícia.

ram de contrariar uma articulação do assessor parlamentar e ex-editor do jornal Voz da Unidade, Gildo Marçal Brandão. Este apresentou para ser assinada pelo líder da bancada uma outra nota, criticando o movimento e aconselhando a volta ao trabalho. Mas ao encontrar oposição, recuou.

IVETE COM JARUZELSKI

Outra agrigração que lançou-se com fúria contra o movimento dos trabalhadores foi o PTB, que nem sequer recorreu aos discursos do PC Brasileiro. Sua presidente nacional, presidenta paulista e líder de bancada, a deputada federal Ivetes Vargas, defendeu as intervenções nos sindicatos, alegando tratar-se de uma greve política, e pediu repressão.

"O governo tem de manter a ordem — disse Ivetes — e é isso que se espera. E quem vai manter a ordem é o governo peemedebista de Franco Montoro, pois isso é responsabilidade de sua polícia. Aliás, nem deveria falar de polícia do Montoro, pois a polícia não é dele, polícia é sempre polícia". E, para arrematar, a deputada saiu-se com esta: "O governo tem que agir agora como o da Polónia em Gdansk".

"ESTA É A RESPOSTA"

Em contraste com o furor policial do Ivetes, os parlamentares da tendência popular do PMDB baiano difundiram um manifesto aos operários e ao povo, assinado entre outros pelos deputados Francisco Pinto e Haroldo Lima, prestando "solidariedade irrestrita" aos grevistas. "Esta é a resposta — diz o texto — daqueles que não suportam mais o darbo, o desemprego, os 130% do BNH, a carestia, a intervenção nos sindicatos, a repressão e a entrega do país ao imperialismo".



O interesse comum reuniu milhares de trabalhadores nas ruas de São Bernardo

A greve exige unidade de ação dos explorados

Enganou-se o governo ao pensar que a classe operária engoliria pacificamente os seus pacotes. Embora as suas medidas antioperárias e antinacionais tenham sido baixadas embulhadas numa linguagem adocicada, os trabalhadores não se deixaram enganar e deram logo a resposta com um energético protesto nas refinarias e nas fábricas.

Principalmente no ABC, o movimento tomou a característica de uma greve política de massas. Os metalúrgicos do ABC pararam as empresas e saíram às ruas despertando adesão generalizada. No seu trajeto parou tudo, inclusive o comércio e os transportes. O impulso do movimento demonstrou o nível da revolta acumulada e o amadurecimento da consciência de luta do proletariado. Foi a primeira greve política no país desde 1964. E como continuidade da luta, foi marcada a greve geral.

do dia com data marcada. Só não se eleeitvou como desdobramento imediato da greve de Paulínia e de ABC devido à presença de certos bombeiros do movimento sindical.

O movimento operário conquista maior espaço no cenário político

As greves do ABC desde 1978, as manifestações contra o desemprego na Zona Sul de São Paulo em abril último, a realização da greve política e a marcha para a greve geral, são sinais de que o movimento operário vem se impondo e forçando mudanças no quadro político nacional.

Até agora o tom do movimento oposicionista tem sido dado por áreas liberais e até conservadoras das próprias classes dominantes, embora sempre sob a pressão dos setores populares. As eleições de 15 de novembro espelham muito bem esta realidade. Por isto mesmo a oposição não tem se dirigido com firmeza para a raiz do problema, que é o estabelecimento de um novo poder, capaz de realizar transformações revolucionárias no país. Muitas forças democráticas, embora se feticularmente ao monopólio do poder pelos generais, temem o confronto e tendem para a conciliação.

Por sua vez o regime, acuado pela crise, joga duro mas tem como reserva para a sua própria sobrevivência a possibilidade de um entendimento de cúpula, a chamada "conciliação nacional", à reselva do povo. O avanço do movimento operário e popular, e agora em particular a greve geral em preparação, bloqueiam estas manobras traiçoeiras e forçam um realinhamento de forças políticas. Os conciliadores, embora não estejam batidos, momentaneamente estão na defensiva. Os revisionistas se desmascaram como área de reserva do regime. Piores que muitos pelegos, voltam-se diretamente contra a greve, espalhando o pânico. E cobram, como preço para este serviço sujo, a legalização do PCB.

certas correntes apóiam a greve mas não compreendem o avanço que ela significa. Restringem-se ao seu aspecto econômico, e subestimam o seu conteúdo político, que é o central agora. Mesmo no ABC, onde se encontra o contingente operário mais avançado, forjado em greves e manifestações de envergadura, sindicalistas de prestígio revelam também incompreensão do momento. Caracterizam-se por uma atividade exclusivista. Difundem a ideia equivocada de que fora de São Bernardo é tudo pelego. Não perceberam ainda a urgência da unidade de ação da classe operária. E que se o regime consegue isolar o combativo destacamento do ABC do resto do exército operário, o desastre é certo. Não se esforçam para separar os elementos atrasados e de certa forma acomodados, dos pelegos que são inimigos dos trabalhadores. Não compreenderam ainda que ao invés de simplesmente esbravejar contra os pelegos, é mais útil trabalhar por um movimento unitário da classe que arraste o máximo de forças, desmascarando na prática os traidores.

É interesse da classe operária o máximo de esforço para a unidade

Nun movimento como o que estamos assistindo, a consciência política das massas dá um salto, avança o equivalente a muitos anos de "calmaria". Apesar de inúmeras divergências e desconfiâncias com real fundamento, diante da paralisação geral em preparação, o interesse unitário da classe se incorpora das mais extensas camadas da luta. Qualquer exclusivismo, qualquer arrogância para se nomear dono do movimento, só beneficia aos inimigos do proletariado. Este esforço de unidade não implica em renúncia às posições políticas. Pelo contrário. É exatante: na condução prática desta batalha que as ideias de vanguarda aparecem como tal. Nesta situação dramática, a vanguarda é quem sabe deixar de lado as questões menores e repudiar as disputas mesquinhas de cúpula. E agarrar com força a luta contra o FMI e suas consequências, contra o regime militar e por eleições diretas, em defesa da liberdade sindical. (Rogerio Lustosa)

Salim Maluf faturou também a Convenção Nacional do PDS

A chapa malufista, que teve 35% dos votos na Convenção Nacional do PDS, deixou os planos sucessórios do general Figueiredo à beira do colapso. Como disse o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), "o governo enfrenta um dilema muito sério: se fizer eleições diretas para a Presidência da República, o PMDB ganha; se fizer indiretas, o Maluf compra".

Consta que Figueiredo ficou furioso com o resultado. Ao ficar com 35% dos votos, e dos membros do Diretório Nacional Pedessista, a chapa "Participação" criou uma situação nova. Rompeu com o monolitismo do comando palaciano dentro do partido situacionista. Consagrou o esfacelamento do esquema de sustentação política do regime. Mostrou que o grupo encastelado no Planalto já não controla nem seu próprio partido.

OS TRUNFOS DE MALUF
Por que o inescrupuloso aventureiro Paulo Salim Maluf foi o virtual vencedor do enfrentamento do dia 10? Porque conseguiu articular em apoio à sua chapa diferentes setores do regime, imitáveis com o estilo autocrático do general Figueiredo



O ex-governador trombadinha, com Golbery ao lado e trunfos no bolso do colete

para tentar impor o nome de seu herdeiro. Por exemplo: o ex-chefe do SNI, ex-ministro e ex-diretor da Dow Chemical, general Golbery do Couto e Silva, sentou-se ao lado de Maluf na Convenção e advogou descaradamente sua candidatura. Fala-se também de um acordo de bastidores e entre o malufismo e o ex-governador baiano Antonio Carlos Magalhães, um "presidenciável" de segundo escalão.

Terminada a Convenção, o ex-governador paulista voltou incontinentemente à tarefa de cabalar apoios, consolidando e ampliando posições. Ofereceu duas festas em Brasília. Na terça-feira vou para o Rio de Janeiro, onde jantou com o general Ernesto Geisel e almoçou com o general Garibaldi Médici, dois ex-presidentes que o incentivam discretamente. E na quarta-feira partiu para um movimentado roteiro de visitas ao Piauí, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e talvez Santa Catarina também.

Tudo indica que Maluf tem ainda vários trunfos escondidos, para jogar até a Convenção do PDS que escolherá o candidato à Presidência. E ele já deu provas de que sabe usar seus trunfos com uma habilidade e uma audácia só comparáveis à sua total falta de escrúpulos.

LEILÃO DE VOTOS NO PDS

Figueiredo se enfurece com o rolo compressor malufiano. Depois da Convenção prometeu uma "reevaliação profunda" no relacionamento entre o governo e o PDS. Mas não se vê como possa retomar o controle do partido. Verifica-se hoje um verdadeiro leilão de votos nas fileiras pedessistas, corrompidas até a medula em tantos anos de regime militar. Quem pagar mais, leva. E Paulo Salim Maluf adquiriu fama de ser um pagador dos mais generosos.

Olho vivo nessa briga

Os brasileiros têm bons motivos para ficar de estômago embrulhado com a chamada disputa sucessória. Os "presidenciáveis" engalfinham-se nos dois mais mesquinhos interesses pessoais, de panelinhas e camarilhas. Os problemas do país não contam. Uma típica "briga de branco". No entanto essa "briga de branco" merece toda atenção dos trabalhadores e democratas. Mais ainda agora, após a convenção do PDS, quando ficou patente que ela escapou a qualquer controle palaciano. E que as aspirações populares

não triunfam apenas devido ao estado de espírito e vontade de luta das grandes massas. Exigem também o domínio da difícil arte de explorar as contradições e crises capazes de decompor as fileiras adversárias. A luta por eleições presidenciais diretas, por exemplo, depende em primeiro lugar de uma vasta campanha de massas. Mas também está condicionada por outros fatores — o comportamento dos oposicionistas conservadores e, em boa parte, a briga sucessória no PDS, que pode criar um colapso no sistema indireto.

Enchentes e seca num país de flagelados

Enchentes no Sul, seca no Nordeste. Em meio a uma de suas mais profundas crises econômicas, o Brasil é afetado pelas tragédias climáticas. O povo pobre é a principal vítima — seja por não ter acesso a terras férteis e açudes no Nordeste, seja por morar nas regiões mais afetadas às cheias, no Sul. E, numa e noutra situação, a exploração dos trabalhadores é acentuada.

Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Paraná estão submersos. São mais de 300 mil desabrigados nos três Estados, e cerca de 230 municípios afetados. As safras agrícolas foram seriamente afetadas — o que acarretará a alta de preços dos produtos agrícolas consumidos pela população. O próprio governo já prevê aumento no preço do frango em todo o país, pois dois monopólios dessa mercadoria, Sadia e Perdigão, estão debaixo d'água.

O prefeito de Itajaí (SC), Arnaldo Schmidt, do PMDB, acusou o governo do PDS de "discriminação" contra seu município: os caminhões com alimentos e agasalhos doados pela população de todo o país destinados aos itajaíenses foram retidos pelos colegas de partido do general Figueiredo. Schmidt anunciou que, em sua cidade, o povo faminto busca desesperadamente alimentos: "os saques já começaram, com vários arrombamentos em supermercados".

E os burgueses seqüiosos de lucros exorbitantes já esfregam as mãos, visando grandes negócios em meio à calamidade: tem sido denunciado que os depósitos de casas comerciais estão sendo resguardados para quando a procura de gêneros de necessidade seja aumentada ain-



Blumenau, Santa Catarina, é uma das cidades mais afetadas pelas enchentes.

da mais, propiciando elevação dos preços. Em alguns locais, uma lata de leite em pó já está sendo vendida a Cr\$ 1.500,00! Com isso, crianças pequenas estão se alimentando com pirão de água com farinha.

AQUI, A AGUA FALTA

O Nordeste vive o seu quarto ano de seca. A situação é de fome e miséria. As medidas tomadas pelo governo militar, não chegam nem perto de solucionar a situação. Em Upanema (oeste do Rio Grande do Norte), uma família de dez pessoas está se alimentando de fruta de palmeira, um cactus que dá um fruto vermelho e cheio de pequeninos espinhos. Sabe-se também de famílias alimentando-se com caldo de macarrão (!) tamanha a fome.

As feiras públicas, características do sertão nordestino, estão deixando de existir no Rio Grande do

Norte, pois não se tem dinheiro para comprar mais nada. O que tem-se ampliado é a mortalidade infantil. Na cidade de Governador Dix-Sept Rosado, um trabalhador denuncia que estão morrendo duas crianças por dia...

"SÓ FALTA O CHICOTE"

A solução do governo é o "plano de emergência", que não atende nem de longe as necessidades do trabalhador. Suas obras são a construção e recuperação de açudes públicos — ou, como dizem os trabalhadores, "barreiros públicos", na maioria das vezes em propriedades particulares. Em Pau-dos-Ferros os flagelados da seca são utilizados na recuperação de estradas e limpeza da cidade.

Os critérios do "plano de emergência" para recrutar os trabalhadores são arbitrários. Mulheres não são aceitas, e solteiros maiores de 18 anos, só quando "arrimo de família". Os salários são de apenas Cr\$ 11.250,00, e mesmo assim, pagos muitas vezes com dois meses de atraso! Se um trabalhador chega 10 minutos atrasado na obra, perde três dias de serviço.

Os agricultores ainda denunciam que, nas obras dirigidas pelo Exército, "só falta o chicote, para bater nas costas do trabalhador". Os flagelados da seca são submetidos a horários rígidos — às vezes, jornadas que ocupam todo o dia —, e se o trabalhador, na hora da "chamada", não se fizer ouvir, terá o dia de serviço descontado.

Em alguns locais os trabalhadores estão desistindo da "emergência". Em Governador Dix-Sept Rosado, 20 homens abandonaram as obras, pois tinham que se deslocar até 70 km do local de moradia até a frente de trabalho.

(sucursal de Natal)



No Nordeste, a água e cada vez mais escassa

Três mil pessoas abrem o Congresso de SABs

"Vocês têm o direito de pressionar o governo na luta e na busca de suas reivindicações", afirmou o prefeito de São Paulo, Mário Covas, na abertura do Congresso Estadual das Sociedades Amigos de Bairro e Movimentos Populares. Cerca de três mil pessoas estiveram no Centro de Convenções do Anhembi, dia 10, no início dos trabalhos que se encerrarão em outubro.

Além do prefeito da capital paulista, foram prestigiar o Congresso das SABs o vice-governador Orestes Quêrcia, o representante do governador Montoro, diversos parlamentares, vereadores, a UNE e Federações de Moradores de Bairro de outros Estados. A tônica dos discursos foi a defesa da soberania nacional e contra o FMI.

A abertura do Congresso ocorreu em um momento de grande tensão, pois o governo federal havia decretado intervenção em três sindicatos por causa da greve dos petroleiros e no ABC; as tropas do II Exército estavam de prontidão e Figueiredo ameaçava decretar o Estado de Emergência em São Paulo. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Antônio Toschi, afirmou que "os companheiros vieram aqui para discutir as mesmas bandeiras levantadas pelos nossos sindicalistas". E acrescentou que o governo deveria decretar o Estado de Emergência e botar as tropas de

prontidão, mas "contra os banqueiros internacionais que nos exploram".

Elgito Boaventura, presidente da União dos Moradores da Vila I de Outubro,

explicou que no seu bairro todos estão acompanhando com interesse a discussão sobre a greve geral: "Hoje mesmo vamos ter uma assembleia para discutir desde o problema da terra até a greve geral". O vereador Francisco Luciano, de Belo Horizonte, afirmou que "hoje São Paulo é um exemplo, onde milhares de trabalhadores saíram as ruas para lutar por uma vida mais digna".

PM agride moradores

Durante as solenidades da abertura do Congresso das SABs, o vereador Valter Feldman (PMDB) leu uma nota do Comitê de Luta pela Moradia da Zona Sul de São Paulo protestando contra o espancamento dos moradores pela PM, no Parque Regina. A agressão foi gratuita e atingiu indiscriminadamente homens, mulheres e crianças, em frente do Instituto Adventista de Ensino, quando estavam reunidos para comemorar a desapropriação de um terreno de 885 mil metros quadrados pela prefeitura, para construir suas casas.

José Feitosa estava ainda com as mãos inchadas por causa das sevícias dos policiais e contou que "os PMs não deixaram eu falar no alto-falante e fui preso e espancado junto com várias pessoas. O Pedrinho, membro da Comissão, desmaiou por causa das pancadas". Uma viúva disse que "a PM quis virar uma kombi cheia de mulheres e crianças". O prefeito Mário Covas ouviu o relato dos moradores e prometeu averiguar de onde partiu a ordem de agressão e deixou claro que "não é da índole do governo democrático agir dessa maneira".



Maria do Socorro e outras delegadas ao Congresso da UMA com o diretor da granja-estatal de Korça

O desenvolvimento favorece o povo

Percorrendo algumas regiões da Albânia, após o 9º Congresso da União das Mulheres, Maria do Socorro, metalúrgica desempregada, observou o processo de desenvolvimento industrial e agrícola neste país socialista.

"Só pude conhecer o passado da Albânia através dos relatos dos próprios albaneses, de visita a museus e da leitura de livros" — disse ela. "No entanto, visitando fábricas, cooperativas agrícolas e granjas estatais pude observar como se processa o desenvolvimento deste país."

"O que mais despertou minha atenção foi o planejamento da economia. Numa granja estatal que visitei em Korça, por exemplo, o diretor fez que estão de destacar que em 1982 eles já tinham ultrapassado o plano de produção de 1983 e estavam trabalhando por conta do plano de 1984. É uma empresa modelo. Tem 1.700 operários, dos quais

857 são mulheres. Eles produzem frutas, legumes e hortaliças, inclusive para exportação. "A granja conta com tratores e máquinas modernas para colheita. Antes da revolução socialista não existiam tratores nem máquinas no campo. O trabalho era feito na base da enxada. Hoje eles pesquisam fertilizantes e fungicidas. Antes muitas colheitas eram perdidas devido às pragas. A produtividade cresceu com o estudo de novos métodos e o emprego de máquinas. Nesta granja existem 48 agrônomos e especialistas dedicados a fazer pesquisas neste setor. "Também estive na fabri-

ca de fios de cobre em Skodra. Desde 1965 sua produção aumentou 10 vezes. Ela começou com a ajuda técnica dos chineses. Mas quando houve o rompimento, os albaneses foram obrigados a aprender a fazer as próprias máquinas para a empresa continuar funcionando. Eles deram a volta por cima e hoje são capazes de fazer isso. E os próprios operários da empresa participaram deste processo, junto com engenheiros e especialistas. Uma repartição de eletrotécnica foi construída pelos próprios operários. "No complexo têxtil Sialon, em Tirana, vi que um operário trabalha com dois teares. Aqui no Brasil ele responde por 12. Ou seja, o aumento da produção e da produtividade não é fruto da exploração e sim da colaboração dos operários".

Liberdades sindicais e liberdades democráticas

A medida que se aproxima o Conclat e o movimento sindical discute suas possibilidades e limitações de ação, sobretudo de forma cada vez mais nítida a íntima relação entre o avanço da luta sindical e o clima de liberdades políticas existentes no país. A permanência de instrumentos de exceção, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, etc., são constantes ameaças sobre os dirigentes sindicais que mobilizam e participam das lutas de suas categorias. É um fator inibidor de grande força na ação sindical mesmo daqueles dirigentes considerados combativos. As recentes intervenções nos petroleiros de Paulínia e Mataripe, e nos metalúrgicos de São Bernardo, são a demonstração irrefutável dessa realidade.

Nesse sentido a intervenção do movimento sindical na luta do conjunto do povo brasileiro por liberdades democráticas é, mesmo uma participação solidária e mais, muito mais mesmo, a integração numa luta decisiva para que possamos ter um sindicalismo realmente livre e combativo. São ilusões de aprendiz de político poder contar com um movimento sindical combativo e autônomo, num Estado arbitrário e autoritário como o Brasil atual.



A luta decidida que a classe operária e setores do sindicalismo têm desenvolvido em defesa de seus direitos tem dado positiva contribuição no avanço da luta de todo o povo brasileiro no rumo da democratização do país. São exemplos dessa contribuição, entre outros, as grandes greves do ABC paulista, o apoio do sindicalismo rural e da Contag às lutas dos camponeses e assalariados agrícolas, a luta por eriar instrumentos de ação e coordenação intersindical, como a CUT, que teve seu ponto alto na realização do Conclat em 1981.

Enquanto as condições econômicas e sociais do país se agravam em ritmo alucinante, a situação política se deteriora rapidamente, acentuando o isolamento do regime militar e agravando as suas dissensões internas. Neste quadro, as responsabilidades do movimento sindical crescem, sendo necessário um claro posicionamento sobre a saída política para essa crise, que tendo por base as decisões da Conclat de 1981, integre o movimento sindical na luta por eleições diretas para a Presidência da República, e contra qualquer forma de conciliação com o regime militar.

(R. Freitas)

Aumento do ônibus gera protesto

O novo aumento das tarifas do ônibus em Curitiba levou o povo às ruas, dia 8. A manifestação foi convocada pelo Comitê Geral dos Desempregados e transformou-se num ato público que, além de rejeitar o aumento no preço das passagens, manifestou seu apoio ao Estado de Greve dos petroleiros de Araucária e ao movimento de greve nacional.

Do início da tarde do dia 8 até às 20 horas o trânsito transformou-se num caos. Houve paralisação geral no centro da cidade. Pouco antes das 18 horas, mais de três mil pessoas estavam na praça Rui Barbosa, o principal terminal da cidade. Duas pessoas foram presas e outras agredidas a cassetetes pela polícia. Tropas de choque tentaram restabelecer o trânsito, mas restabeleceram também um comportamento dos mais arbitrários, pouco mudando com o novo governo. Deputados e vereadores do PMDB aderiram ao protesto dos milhares de manifestantes.

AUMENTO EXORBITANTE

As passagens de ônibus subiram 45%, passando de Cr\$ 55,00 para Cr\$ 80,00 o que representa uma boa parcela do mísero orçamento dos trabalhadores. Os desempregados rejeitam o aumento e ainda reivindicam passe livre para os que procuram emprego.

(da sucursal)

Estudantes preparam Coneb de luta

Entre 28 e 30 de julho, a UNE realizará o seu 4º Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base). Se normalmente este Conselho reveste-se de grande importância para o movimento estudantil, já que nele são definidas as principais orientações para o segundo semestre, o 4º Coneb deverá ter um peso maior que os anteriores, por causa da conjuntura de crise aguda em que estamos vivendo.

O governo acirra ainda mais a política econômica anti-popular. Como se não bastasse a entrega do país ao FMI, o alto índice de desemprego, além disso, a situação apertada ainda mais crítica neste segundo semestre. Com as suplementações proibidas, se-se facultades fecharem,

sociedade civil e mesmo seu partido, o PDS, está dividido. Por outro lado temos os trabalhadores indo às ruas, num repúdio generalizado às medidas tomadas pelo governo brasileiro. E no próximo dia 21 teremos, pela primeira vez depois de 64, uma paralisação nacional, exigida pelo fim da atual política econômica e do regime militar.

EVASÃO RECORDE

Também os estudantes vivem essa situação. A crise das universidades, que já era grave, deverá chegar a uma situação ainda mais crítica neste segundo semestre. Com as suplementações proibidas, se-se facultades fecharem,

reitores irem aos jornais denunciar a política do MEC e os estudantes realizarem greves e manifestações para exigir mais verbias. Nas escolas particulares a evasão deverá chegar ao índice alarmante de 300 mil estudantes. A taxa de reajuste nas mensalidades, de 58,5%, deixa claro a falta de compromisso do MEC para com a educação.

Junto às aspirações educacionais, cresce também entre os estudantes a necessidade de modificar essa situação, e cresce também a certeza de que esse governo é incapaz de resolver esses problemas. Dá a exigência de eleições diretas para presidente da República. (Clara Araújo, presidente da UNE)

Saldo positivo na greve dos petroleiros

Terminou no dia 11 a greve dos petroleiros de Paulínia e de Mataripe. Com as diretorias sindicais cassadas e mais de 300 operários demitidos, os petroleiros recuam temporariamente. No entanto, seu movimento pode ser considerado vitorioso pois ajudou a delimitar a greve geral do dia 21 de julho.

O movimento grevista na Replar, de Paulínia, perto do município de Campinas, São Paulo, começou no dia 5 de julho e durante uma semana demonstrou a força que têm os trabalhadores do petróleo.

Um dos fatores que ajudou muito a greve dos petroleiros foi a criação do Comitê de Apoio, que já na quarta-feira às 20 horas fez sua primeira reunião com 35 entidades sindicais e populares, iniciando seu trabalho de divulgação e participação no movimento grevista.

Na sexta-feira a luta dos petroleiros ganhou força quando foi confirmada a paralisação dos metalúrgicos do ABC. Mas também aumentava ca-

da vez mais a repressão federal sobre o movimento.

INTERVENÇÃO

O governo, tentando evitar um ataque vital à sua política entreguista, pois o setor do petróleo pode paralisar o país, agiu com rapidez e brutalidade. Na própria quarta-feira, dia 6, às 15 horas, chegou a notícia da intervenção no Sindicato. O interventor assumiu à noite, acompanhado de agentes da Polícia Federal e de uma viatura da PM.

Também a diretoria da Petrobrás foi fulminante: o próprio Shigeaki Ueki, presidente da empresa, demitiu dezenas de trabalhadores pessoalmente. Os meios de comunicação foram reprimidos pelo governo, que chegou a cortar as transmissões da rádio Bandeirantes. Também foram feitas ameaças, por parte da Petrobrás, com a importação imediata de derivados do petróleo.

O jogo de pressões foi sofisticado e incluiu até visitas diárias às casas dos petroleiros, fazendo chantagem com seus filhos e mulheres. Foram ainda requisitados trabalhadores especializados de outras refinarias do Brasil para substituir os grevistas. Até o uso de tropas do Exército para fa-

zer a refinaria funcionar foi levantado como hipótese.

Segunda-feira, numa assembleia que contou com um número pequeno de trabalhadores, foi decidida a volta ao trabalho. Para isso teve grande peso a cassação da diretoria e a demissão de 126 operários. Porém talvez o fator mais importante que determinou o recuo temporário dos petroleiros tenha sido o isolamento que acabaram sofrendo. As outras refinarias, com exceção de Mataripe, não engrossaram o movimento, o mesmo acontecendo com as outras categorias profissionais, com exceção dos metalúrgicos do ABC, que suspenderam sua greve no domingo.

Esse isolamento poderia ter sido rompido com uma participação mais ampla junto aos outros setores e com uma greve mais ativa. A proposta de passeata e de piquetes de massa não chegou sequer a ser discutida pelas assembleias. Os grevistas ficaram muito isolados no ginásio do Taquaral, sem um contato mais estreito com a população. Mas tem que ser levado em conta que essa categoria não faz greve há 19 anos e está aprendendo rapidamente.

A GREVE EM MATARIFE

A Refinaria de Mataripe, perto de Salvador, também parou. Durante quatro dias, a partir de sexta-feira, dia 8, os petroleiros sofreram as mais fortes pressões: ocupação policial do pátio da refinaria, escolta policial nos ônibus que transportava os operários, cartas e visitas em suas casas de agentes de segurança da empresa.

Além da forte repressão do governo do PDS, foi também imediata a repressão federal. No mesmo dia da parada, o ministro Murilo Macedo decretou a intervenção no Sindicato.

A diretoria da Petrobrás demitiu 180 trabalhadores. Os tecnocratas ficaram apavorados com a possível paralisação do Polo Petroquímico que usa como matéria prima principal os produtos da refinaria.

A repressão atingiu também o movimento de apoio e solidariedade ao movimento grevista. Júlio Cesar Cruz e Marco Lima, que distribuíam panfletos de apoio aos petroleiros, foram presos. (das xerúscas)



Acima, Abdias: "Falar que o Rio não para é mentir" ao lado, Paim: "O pessoal na fábrica cobra a greve"

Sindicatos unidos marcam a data da greve nacional

Greve geral nacional de 24 horas dia 21 de julho, com manifestações — foi a decisão unânime das 137 entidades presentes na reunião inter-sindical extraordinária do dia 10, em São Paulo. Participaram os dirigentes dos principais Sindicatos do país, da Comissão Nacional Pro-CUT, de várias Federações e do Secretariado dos Trabalhadores nas estatais.

A reunião, convocada sob o impacto das greves dos petroleiros e do ensaio de greve geral no ABC paulista, escolheu também um Comando Unificado para o movimento. Foi aprovada por consenso a plataforma da greve (ver detalhamento na página 7) e também a orientação quanto a formas de luta: parar o trabalho à zero hora do dia 21 em toda parte onde for possível; e realizar grandes manifestações.

A maioria dos sindicalistas presentes se solidarizou com as paralisações no ABC e nas refinarias. Muitos, mesmo fazendo reparos dignos de mediação, quanto a certo exclusivismo e precipitação na condução dessas greves, destacavam em primeiro plano seu aspecto pioneiro. "A greve do ABC quebrou o recuo da greve geral", disse Nilson Bahia, do Sindicato da Bahia — "ela detonou o processo da greve geral".

A DIREITA DOS PELEGOS

No extremo oposto ficou a corrente encabezada por Ivan Pinheiro, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, que move há tempos uma guerra aberta, com objetivos escusos, contra a greve geral.

O comportamento dessa ala ficou à direita dos piores pelegos", conforme o co-

uma audiência com o ministro do Trabalho e com o Montoro".

A MANOBRA NÃO VINGOU

Esta manobra traçoira, porém, não vingou. Para Abdias dos Santos, do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, "se se define o dia 21 como mais um dia nacional de protesto, você descarta de cara a greve. A Pro-CUT já deliberou várias vezes atos de protesto e vários sindicatos acomodados não fizeram nem assembleia. Tem que ser greve geral. Os que puderem entram em greve, os que não tiverem condições vêm outra forma de protesto. Falar que ninguém pára, que no Rio não tem condições, é mentir. Vários setores no Rio têm condições de parar, querem parar. E se a direção sindical não trair, divulgar a greve".

Paulo Paim, coordenador da Inter-sindical do Rio Grande do Sul, também não deixou por menos: "Ja estou cansado de dias de protesto. É a desculpa dos culpabilistas para não fazer nada. Já está surrada esta desculpa. Quando eles atacam a greve do ABC, não é porque ela tem defeitos mas sim pelo que tem de positivo. Afinal, os petroleiros e metalúrgicos mostraram a todos que diziam que os trabalhadores não estavam dispostos a greve geral que isto é mentira". Paim destaca que o ânimo dos gaúchos é grande: "Nos já fizemos duas assembleias, ambas com 15 mil trabalhadores. E como não marcamos a greve o pessoal vive nos cobrando nas fábricas e empresas".



Assembleia dos petroleiros de Paulínia, próximo ao centro de Campinas.

"Essa casa é nossa", afirmam os metalúrgicos de S. Bernardo

"Aqui é nossa casa, e a casa do trabalhador. Vocês não são bem recebidos, vocês fedem", afirmou, nervoso, chorando, um metalúrgico da Volk. Ele se dirigia aos oito agentes da Polícia Federal que na noite do dia 9 foram intervir no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e cassar sua diretoria. O clima era de revolta contra mais esta atitude autoritária do governo militar, que também interveio no Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e de Mataripe.

Cerca de 300 operários estavam reunidos no 3º andar do Sindicato sob forte tensão quando, às 21:30 horas, um deles gritou: "Chegou o interventor e seus cachorros policiais". Na rua estacionaram dois carros da Polícia Federal, mas o interventor não veio. Os dois carros não vieram. "É um moleque de recado medroso", comentou um operário da Mercedes.

Jair Meneguelli, presidente cassado da entidade, pediu calma: "Vamos sair do prédio tranquilos, vamos para casa dormir". Ninguém acatou: "Não vamos embora, essa casa é nossa". Cantando a música "Caminhandos", todos desceram para o 1º andar e se concentraram em frente à sala onde estavam os policiais, gritando: "Trabalhador unido jamais será vencido", "Greve Geral", "O povo não aguenta mais nem patrões nem generais".

A maioria dos metalúrgicos chorava, chingava os policiais e o interventor. "Eu me sinto chateado, magoado. O governo mostrou de novo sua violência contra os trabalhadores. Ao invés de negociar foi mais fácil decretar a intervenção", desabafou Jair para Tribuna Operária. Mais revoltado, Getúlio, diretor do Sindicato dos Vidreiros, que foi prestar apoio, cu-



Jair Meneguelli, cassado por se colocar à frente da greve no ABC. Chegada dos interventores no Sindicato de Paulínia

mentou: "A gente sente vontade de rachar a cara deles. Como pode? De repente vem três caras de terminho e gravata, mandados pelo ministro do Trabalho, e tomam o lugar de uma diretoria eleita. Mas isso tem que acabar, vai acabar, nem que seja no pau". Também prestaram solidariedade parlamentares, estudantes da UEE e moradores do Centreville.

GUERRILHA DO TUMA

Quando a diretoria cassada entrou na sala a revolta aumentou. Um ativista, chorando, gritou: "Tem que ter liberdade neste país e vai ser no pau". Um operário retrucou: "Nos não temos que chorar. A intervenção é movimento de orgulho, mostra que eles tem medo da nossa força". Toda a dire-

toría se recusou a assinar a intervenção e a dar as chaves do prédio. Neste ínterim uma provocação: um policial à paisana foi flagrado pelos operários levando um pacote de rojões na blusa. "Ai estão os provocadores. Os guerrilheiros do Tuma (delegado Polícia Federal)".

Foi preciso muita insistência para que, às 23 horas, os metalúrgicos se retrataram do Sindicato. Os policiais continuavam trancados na sala, sem pôr a cara de fora. Jair ainda improvisou um discurso: "Isso é só um prédio. O Sindicato é cada um de nós". Porém logo foi contestado: "Mas esta casa é nossa". Antônio João, apresentado, sentou-se na escadaria do prédio e, bastante emocionado, comentou: "Tenho três filhos e mulher pra cuidar, mas daqui ninguém me tira". Depois roçou uma praga: "Esses fdp tem que morrer cegos, aleijados", e desmaiou.

Para preparar a greve do dia 21, a diretoria cassada está se reunindo na Igreja Matriz. Mas a orientação é de que todos passem no Sindicato "para situar o interventor". Não se quer incorrer no erro de recuar do Sindicato, como ocorreu na primeira intervenção de 1980.

PC do Brasil apóia a greve

O Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil divulgou uma nota a respeito da greve dos petroleiros de Paulínia e São José, dos metalúrgicos do ABC paulista, afirmando entre outras coisas:

"O PC do Brasil apóia esse justo movimento grevista. Conclama a todos os trabalhadores e ao povo, estudantes, jovens, mulheres democratas e patriotas, a par-

ticipar e apoiar esse movimento. A classe operária indica que o único caminho é o de ampliar a luta, paralisando desde já o trabalho nas fábricas, nas usinas, nos bancos, nas repartições públicas, etc., designando numa poderosa greve geral no Estado.

"Os donos do poder colherão a tempestade que se armaram, com sua política de fome, desemprego, re-

pressão e entreguismo. Não curvaremos nossa espinha. A intervenção nos sindicatos, a repressão, as ameaças de intervir no Estado, responderemos com o aumento de nossa luta. Unidos formaremos uma invencível força, clamando pela defesa dos interesses populares, pelo fim do regime militar responsável por essa crise, por eleições diretas, a Presidência da República, pela liberdade".

Princípios

OS OPERÁRIOS E A CRISE

Saiu novo número da revista Princípios

Neste número da revista Princípios, artigos sobre a crise e os operários; centenário da morte de Marx e o capitalismo no campo. Pedidos à Editora Anita Garibaldi, Rua Major Quedinho, 300, sala 3 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01050, com envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 500,00.



Saronord fecha as portas e não paga

Desde o dia 24 de maio mais de 400 operários da Saronord S/A Roupas do Nordeste estão desempregados sem receber um tostão de seus direitos.

Quando a Saronord fechou suas portas, não deu a mínima satisfação aos operários e operárias, deixando todos revoltados e insatisfeitos. Como disse uma operária, "dei anos e anos de minha vida trabalhando e agora a gente é tratado como papel de embrulho empilhável".

Mas os trabalhadores da Saronord não ficaram de braços cruzados. Logo fizeram um levantamento dos bens da empresa, colheram várias assinaturas e levaram ao seu sindicato, que é dos alfaiates e costureiros, pedindo à diretoria que to-

masse as devidas providências.

No dia 30 de julho os 400 ex-empregados da Saronord postaram-se em frente à fábrica, pois os diretores anunciaram que iriam efetuar o pagamento. Mas lá estavam para recebê-los dois camurres da polícia e a promessa de pagamento deu lugar à repressão e ameaças. Mas os desempregados não se intimidaram. Falaram e denunciaram a situação de exploração e dificuldade que hoje passam. A mobilização continua com assembleias quase diárias no sindicato.

Atualmente existem duas comissões: a de finanças e a de imprensa. A comissão de imprensa e divulgação já foi a vários jornais aqui de Fortaleza mas nada é publicado, pois patrão se entende

com patrão. A divulgação só está sendo feita através de algumas emissoras de rádio e notas à população. Está se tentando uma audiência com o governador do Estado para que se consiga passagens de ônibus grátis para os desempregados, criação de novos empregos e interferência do governo estadual para que pressione os diretores da Saronord no sentido de pagarem seus ex-empregados.

O Sindicato entrou com cautela na justiça para impedir que os bens da empresa sejam vendidos. Os desempregados já receberam apoio do Centro Popular da Mulher, dos Sindicatos dos gráficos e bancários, além de outras entidades democráticas e populares. (do correspondente-Fortaleza, Ceará).

Posseiro de Novo Destino agredido a mando do IBDF

O Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores Rurais de Taucará foi constituído no dia 7 de julho em assembleia, para mobilizar a população de forma permanente enquanto persistir o embargo movido pelo IBDF contra os posseiros do Seringal Novo Destino, daquele município, pertencente a Altevir Leal e Sebastião Sampaio.

Em Novo Destino o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taucará, Raimundo Soares de Araújo, não quis aceitar um ato arbitrário do representante local do IBDF de impedir o desmatar uma pequena área para cultivo de roçado. Por isso foi multado e teve a roça embargada, além de sofrer, durante três dias, intermitentes interrogatórios da Polícia Federal, chamada pelo IBDF, levando pontapés, pescocões e socos para confessar os supostos mandantes de um ato que na verdade foi ditado pela pura necessidade de sobrevivência para fazer uma roça em sua posse.

Além de Raimundo, Francisco Viana dos Santos, José de Oliveira da Silva, João de Jesus, Raimundo da Silva e Antonio Rodrigues também foram violentamente agredidos com chutes e murros pela Polícia Federal, na delegacia da cidade, durante os dias de 27 de junho a 2 de julho.

Nas condições de impedimento de abrir uma área de cultivo de roçado se acham ainda 600 famílias de posseiros da região.

Considerando as violações dos direitos humanos cometidas, a administração inqualificável do IBDF no Acre, o Comitê de Solidariedade uniu-se à população e autoridades esclarecidas para exigir que os representantes do IBDF no Acre, o



delegado Francisco Fernandes Melo e seu preposto em Taucará, o latifundiário Guilherme Wanderley Galvão, sejam impedidos de exercer suas funções no Estado e de desapropriação da área de foco dos acontecimentos, a fim de evitar o agravamento da situação, tendo em vista o número de famílias impedidas de tirar o sustento da terra. Os interesses dos seringueiros gananciosos não podem prevalecer na solução do problema por eles criado. (Associação dos Professores no Acre, Associação dos Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos, Associação dos Economistas, Movimento de Mulheres de Rio Branco, DCE-UFA, Centros Acadêmicos, PMDB, PT e PDT, além de outras entidades democráticas do Acre).

Casas Buri demitem até quem falta por doença

Trabalhei 11 dias nas Casas Buri. Por eu ter faltado 1 dia e alegando estar em fase de experiência me dispensaram do trabalho.

Acontece que sou casado e tenho um filho com dois meses que foi internado com pneumonia e depois minha esposa teve que internar-se. Ambos ficaram no Hospital Santa Helena aqui na capital. Eles exigiram que ficasse um acompanhante para atender a criança, já que as enfermeiras só se responsabilizam pela aplicação de remédios e não dão outros cuidados.

O menino foi internado no dia 30 de junho à noite e a mãe o acompanhou até o dia 5 de julho, quando teve que internar-se também. Quando cheguei em casa a

noite fui visitá-los. Passei a noite ao lado de meu filho e no outro dia cedei telefoni para a firma. Posteriormente pedi o atestado médico justificando a falta. Entrejei na firma no dia seguinte quando voltei ao serviço. O chefe me chamou ao escritório e alegando ordem superior me dispensou.

Lá na Buri o empregado não pode faltar nem por doença, ou perde o emprego. Por isso dirijo-me aos amigos funcionários desta loja e a todos os trabalhadores. Vivemos num clima de insegurança sem limite, porque não podemos nem ficar doente por falta de nutrição, pois nosso salário não é suficiente nem para comer.

Agora estou desemprega-

do, a esposa e o filho doentes, sem saber o que fazer. O desemprego aqui é imenso, e de causar medo. Infelizmente não temos sindicatos que defendam nossos direitos. Nossos governantes são do PDS. Roubar não tenho coragem.

Nós, trabalhadores temos de nos unir para derrubar esse regime que nos usa como instrumento de se enriquecer enquanto vamos morrendo de fome. Vamos à luta gente, não podemos continuar nesse regime de arbitrariedade. O Brasil é nosso, mas o estamos perdendo pois tudo está concentrado nas mãos de um grupo que nos escraviza cada vez mais. (ex-funcionário das Casas Buri-Cuiabá, Mato Grosso).



Latifundiário quer toda a produção de babaçu no Piauí

No dia 28 de junho em Esperantina, Piauí, na localidade de Cabeceiras o latifundiário Mario Olimpio de Melo Neto espalçou o padre Ladislau daquela paróquia quando este, juntamente com alguns lavradores, tentava apagar o fogo atestado a uma capelinha de palha da região, pelo próprio Matias que se diz dono daquelas terras.

As raízes do fogo remontam a meados do ano passado, quando da questão do coco, onde os camponeses de Esperantina entraram com ação judicial contra os latifundiários da região exigindo seus direitos de ficar com 90% da produção de coco de babaçu quebrado e o venderem em mercado aberto, tendo sido os camponeses vitoriosos na questão por volta de abril passado.

Antes da ação os latifundiários se apropriavam de cerca de 40% da produção e ainda obrigavam os la-

vadores a lhes venderem o restante por um preço muito abaixo do real. Como revanche dos latifundiários a polícia foi chamada para reprimir os lavradores, fazendo cerco em volta da cidade, agredindo-os e apreendendo o coco. O sr. Matias foi mais longe mandando queimar a casa da comunidade de Cabeceiras no dia 30 de abril por ocasião das festividades para comemorar a vitória na questão. Recentemente os lavradores voltaram a construir nova capela, novamente incendiada por Matias. O padre Ladislau e alguns lavradores estavam tentando apagar o fogo quando o latifundiário e seus capangas chegaram tentando intimidá-los com tiros e espanando o padre que terminou no hospital. O fato revoltou todos os moradores da localidade que saíram em passeata até a delegacia exigindo a prisão do agressor. (do correspondente-Esperantina, Piauí).

Eternit despide em novo ritmo

Em março deste ano começou um novo ritmo de demissão na Eternit. Os patrões alegam baixa na venda dos produtos, ao passo que os operários mostram um grande aumento na produção e a admissão de novos funcionários com salário de Cr\$ 42.000,00 sem participação na produção, que é de Cr\$

30.000,00. Os demitidos são em sua maioria deficientes, ou passam a ser deficientes dentro da fábrica. Outro problema é a péssima qualidade da comida servida, responsável por uma série de males orgânicos que atingem os operários. (um operário da Eternit-Polo de Camacari, Bahia).



fala o POVO

Os operários da Saronord, em Fortaleza, vêm dando um exemplo de combatividade na luta contra as demissões. Não se intimidaram com a repressão policial. Vêm realizando assembleias quase diárias no Sindicato. Encontraram formas de romper o bloqueio de informações da imprensa patronal e também souberam conquistar o apoio de setores populares e democráticos.

Como eles, milhões de operários em todo o Brasil encontram-se desempregados. O exemplo dos operários da Saronord pode ajudá-los a encontrar soluções de emergência para o problema que enfrentam.

As cartas vindas das fábricas não são cada vez mais numerosas no Fala o Povo. Escrevam companheiros! E contem também a experiência que tiveram nesta greve recente. Pronunciem-se sobre a proposta de greve geral para o dia 21! (Olivia Rangel).

Adubo é vendido a preço exorbitante para lavradores

Os principais problemas que atingem os feirantes e pequenos agricultores que levam seus produtos para serem comercializados na Feira Livre de Formosa, no interior de Goiás, a 50 quilômetros de Brasília baseiam-se no grande custo dos produtos para adubação da terra e para combate às pragas que atingem as lavouras. Estes produtos estão custando muito caro e levando o pequeno agricultor a passar seus produtos a preços exorbitantes para o consumidor.

Para se ter uma idéia dos preços dos produtos fertilizantes e defensores agrícolas, sem contar o alto preço da terra, os preços variam entre Cr\$ 3.950,00 e Cr\$ 7.500,00 cinquenta quilos de adubos. O fungicida custa Cr\$ 13.600,00 o quilo. Estes preços são da cooperativa rural, controlados pelo patrão, visando apenas os seus interesses.

Além de todos estes problemas o feirante encontra uma fiscalização muito rigorosa em cima dos produtos que trazem para vender na feira livre. Mas o maior problema que eles reclamam é a falta de assistência técnica na região que faz parte da região geo-econômica de Brasília e não recebe nenhum benefício do Distrito Federal, que visa apenas atender os grandes latifundiários da região. (Grupo de feirantes de Formosa — Goiás).

Populares começam a se organizar em Barueri

O Jardim São Vicente de Paula, em Barueri (SP), é um bairro esquecido pelas autoridades e muito pobre, com a maioria dos moradores desempregada. Mas também é um bairro onde o povo começa a se organizar.

Uma grande parte dos moradores mora em barracos. O sonho do pessoal, que tem mais de vinte anos no local, era de construir sua casa de alvenaria, mas falta autorização da prefeitura e até hoje o dinheiro não deu para comprar o material. Não tem luz elétrica. Temos que pagar cinco mil cruzeiros pela luz emprestada. Não temos água encanada, é tudo na base do poço, e a criançada vive doente. Não temos um posto de saúde por perto, temos que nos deslocar para Osasco. As ruas vivem muito esburacadas. Outro dia o seu Alfredo, que vive doente, passou muito mal e nós tivemos que levá-lo no colo porque nenhum carro podia entrar na vila.

O pessoal do Jardim é trabalhador, pedreiro, metalúrgico. Mas está desempregado. As ruas vivem cheias de adultos que já se cansaram de procurar emprego. O pessoal vai às cinco da manhã para procurar emprego, vai até a Lapa à pé, e não encontra nada. Todos vivem na miséria. Outro dia um companheiro foi comprar ovos e foi assaltado em Cr\$ 300,00. Outra criança foi roubada em Cr\$ 150,00.

Agora nós estamos nos organizando. Já fizemos uma comissão de 21 pessoas que foi visitar o prefeito para exigir melhorias no bairro. Ele nos fez algumas promessas e nós vamos cobrar. Estamos preocupados em formar nossa Sociedade Amigos do Bairro e convidamos os companheiros do Comitê de Luta Contra o Desemprego para vir dar um debate, explicar como é a luta contra o desemprego. Não podemos mais ficar parados. (comissão de moradores do bairro — São Paulo).

Diretor da Teleacre tem mordomias

Sou funcionário de uma empresa de telecomunicações, a Teleacre. Aqui na empresa têm acontecido muitas coisas estranhas, pois foi trocado um diretor técnico com apenas 8 meses no cargo, pois o mesmo não agüentou uma série de coisas erradas que aconteceram e ninguém vê, mesmo tendo vários fiscais da Telebrás. Estes são comprados com Whisk vindo da Bolívia, pago pelo presidente da empresa, José Carlos de Toledo.

Ultimamente foi feito um orçamento para ampliação da central telefônica, mas como o orçamento

não deu para a compra do material, foi resolvido contratar uma firma onde o próprio presidente é um dos sócios. É no final da montagem, que foi feita com material de uma central velha, desativada (AGF) a mão-de-obra ficou mais cara do que se comprassem uma nova.

Se o governo corta as mordomias, porque não corta as mordomias dos diretores da Teleacre? Enquanto as viaturas de serviço tem apenas 200 litros de óleo diesel, um diretor que mora a menos de 200 metros da empresa tem 300 litros de gasolina e motorista

particular para dar uma volta no quarteirão! A casa do diretor técnico parece a do presidente da República, com 7 aparelhos de ar condicionado e 8 chuveiros elétricos.

E porque um homem assume a diretoria da Teleacre em menos de dois meses todos os técnicos são pressionados a pedir demissão, pois são ameaçados em voz alta nos corredores, que suas cabeças vão rolar como se fossem verdadeiros animais, revoltando 90% da empresa, inclusive um diretor financeiro. (um funcionário da Teleacre-Rio Branco, Acre).

General Elétric para: protestos por demissão

Na segunda-feira, dia 27 de junho, cerca de 100 trabalhadores da ferramenta central da General Elétric paralisaram suas atividades por uma hora em

protesto contra a demissão de três companheiros do setor. É isso que os trabalhadores têm que fazer sempre que os patrões demitem nossos companheiros. Assim

já estamos dando um passo na luta contra o desemprego. (Cacaco-diretor de base do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André-SP).

LUTAS DA LUTA OPERÁRIA

Avanguarda se forja na luta

A direção da frente única não é um problema simples. E não pode ser resolvido por decreto. É uma luta árdua, onde o proletariado se impõe pela prática. As greves no ABC, as manifestações contra o desemprego na Zona Sul, a greve política destes últimos dias em Paulínia e no ABC, e a greve geral em preparação, fazem parte deste processo.

Diante da tempestade da luta de classes, revelam-se dentro do próprio movimento operário as correntes não proletárias nele infiltradas: de um lado os grupos de inspiração pequeno-burguesa manifestam-se pelo radicalismo verbal. Suas propostas são imediatamente do "tudo ou nada". Ao verem a massa operária sair às ruas sonham com a greve geral insurrecional no outro dia. No fundo tanta precipitação esconde a sua vacilação. Temem o movimento de massas e querem terminar logo com o combate. Não têm visão histórica, não confiam que a classe operária se incorpore em massa ao processo revolucionário, assim como não acreditam que as demais forças populares — principalmente os camponeses — ocupem seus lugares na batalha. Por isto tendem para um golpe, de desespero.

De outro lado, mostram-se também claramente os revisionistas como agentes desavergonhados da burguesia. Estes tratam freneticamente de apagar o incêndio. Apavorados alertam para um retrocesso. Semeariam o pânico. E defendem que a única alternativa é um processo pacífico, dentro das normas permitidas pelas leis da burguesia.

Mas as coisas não marcham nem de uma forma nem de outra. A luta choca ao povo e incorpora novas e imensas forças ao processo revolucionário. E espalha a decomposição nas fileiras dos dominantes.

CRÍTICA DOS FATOS

Veja-se o caso da greve geral. Há muito tempo, particularmente desde a preparação da I Conclat, que os trabalhadores vêm discutindo a sua necessidade. Mas esta forma de luta vem sendo adiada com pretextos os mais variados. Alega-se que as massas não estão preparadas. Ou que os fascistas desencadeariam um golpe para sufocar o movimento: Ao par do adiamento, não se apresenta outro caminho de luta. O proletariado faz com que a discussão atinja cada dia novas camadas de trabalhadores. Mesmo do setor menos esclarecidos vão sendo mobilizados pela própria necessidade de enfrentar o arrocho brutal promovido pelo governo. A explosão de massas em Paulínia e no ABC nos dias 6 e 7 mostram que já não é possível conter a luta. Apesar de todos os bloqueios, as posições revolucionárias ganham força. A consciência do proletariado avança.

O proletariado em marcha traz alterações em toda a situação política. Todas as forças políticas são obrigadas a se definir em torno deste fato: a classe operária além da crítica ao governo com palavras, coloca o combate no terreno da ação concreta; as massas na rua proclamam em alto e bom som que a solução é um novo poder.

A TEMPERA DO AÇO

Os democratas conseqüentes aprovam o movimento, saídam a greve geral em preparação. Os conciliadores e oportunistas se atomizam. Ou são neutralizados ou até mesmo se desmaçaram colocando-se contra o povo. Certas forças indecisas tomam coragem e avançam. A frente única fica mais definida e no seu interior as correntes mais conseqüentes assumem maior destaque. O proletariado aperfeiçoa o seu aprendizado político trabalhando para consolidar este avanço político e ao mesmo tempo para manter a unidade mais ampla possível. Caminha para assumir na prática o seu posto de vanguarda. Como ensina o ditado popular, no fogo se forja o aço.

Triunfo Operário

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antônio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD) Telex: 01132133 TI OPRR

- Secretaria:** Rua Santa Rosa, 213, Centro, CEP 25000
Comissão de Direção: Rua Santa Rosa, 213, Centro, CEP 25000
Suplente: Rua Santa Rosa, 213, Centro, CEP 25000
- ACRE** — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental, Rio Branco, CEP 69000. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Senador Benedito, 233, Centro, CEP 67000. **PARÁ** — Belém: Rua Anacleto Lobo, 620, Centro, CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luís: Rua do Machado, 174, Centro, CEP 65000. **PIAUÍ** — Teresina: Rua Ezequiel Martins, 1130, 1º andar, CEP 64000. **CEARÁ** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206, CEP 60000. **Sobral:** Rua Dom José, 1236, sala 4, CEP 63000. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Francisco de Siqueira, 1058, sala 102, Azeiteiro, CEP 59000. **PARAÍBA** — João Pessoa: Rua Padre Melo, 238, 1º andar, CEP 51000. **Campina Grande:** Rua Venâncio, 44, 30, sala 106, CEP 52000. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua 13 de Maio, 200, Recife, CEP 51000. **Alagoas:** Rua 13 de Maio, 200, 1º andar, sala 3, CEP 55000. **ALAGOAS** — Maceió: Rua 13 de Maio, 200, 1º andar, sala 3, CEP 55000. **SEIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 209, sala 20, CEP 45000. **BAHIA** — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 145, Centro, CEP 40000. **Faixa de Fronteira:** Rio Grande: Rua 13 de Maio, 101, CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42000. **Rubião:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45000. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817, Fone: 204.7000, CEP 30000. **Juiz de Fora:** Rua General Carneiro, 144, sala 101, CEP 36000. **GOIÁS** — Goiânia: Av. Goiás, 101, sala 101, CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Ed. Goiás, sala 101, CEP 70000. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comendador, 144, CEP 75000. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Rua General Osório, 127, sala 908, CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rua São José, 90, sala 200, CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Cavalcante de Souza, 155, sala 9, CEP 20000. **Niterói:** Av. Antenor Pinto, 370, sala 907, CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nova Amélia, 40, sala 101, CEP 25000. **Itaboraí:** Rua Oliveira Turquem, 24, sala 605, CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua 13 de Maio, 1711, sala 9, 1º andar, CEP 07000. **São Caetano do Sul:** Rua São Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 582, CEP 13100. **Mogi das Cruzes:** Rua 13 de Maio, 180, 1º andar, CEP 13750. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1307, CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Senhores, 119, CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, 1110, CEP 13500. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Horta, 185, sala 7, CEP 13200. **Taubaté:** Rua Amador, 632, sala 5, CEP 12100. **PARANÁ** — Londrina: Rua Senhores, 891, sala 7, CEP 06800. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 10, sala 10, CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montanari, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anta Gerardi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editora. Rua Helder Passalunghi, 238, sala 3, Fone: 203.2115, São Paulo-54.

Os motivos que levaram à convocação da greve

A reunião dos 137 maiores sindicatos brasileiros, que marcou a greve geral do dia 21, apontou também as palavras-de-ordem e bandeiras da paralisação, que são as que levantamos neste artigo. Quatro dias depois, o decreto-lei 2045 decretado pelo Conselho de Segurança (veja na última página) acrescentou novas e ainda mais graves razões para o protesto, sem no entanto mudar seu rumo. Pelo contrário, o decreto 2045 funciona como uma espécie de super pacote, que se soma aos demais e torna decididamente insuportável, a curto prazo, a situação de todos os assalariados. Assim, ressoa ainda mais forte o brado que já vinha tomando conta do país: "Ou paramos os pacotes, ou paramos o Brasil!"



As manifestações contra os pacotes mobilizaram trabalhadores em várias regiões do país. E a greve geral foi se impondo com uma arma necessária para a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

Defesa da Nação. Fora o FMI!

No fim de 1982 os militares entregaram o Brasil de mão beijada para o FMI e os banqueiros internacionais. Desde lá as missões do FMI e dos banqueiros mantêm uma fiscalização direta sobre as medidas econômicas do governo. Figueiredo assinou uma "Carta de Traição", que estabeleceu a dominação direta de nosso país num plano de três anos.

Chegou a tal ponto a nossa humilhação que são os Estados Unidos e os bancos centrais europeus que estão cobrindo os atrasos de pagamentos do Banco do Brasil e do Banco Central. E exigindo em troca mais e mais concessões.

Não passa semana sem que algum ministro saia do país, chapéu na mão, perdendo dinheiro e alagando os vendavais-Brasília pressão. Uma simples funcionária subalterna do FMI tem mais autoridade que nossos ministros. A perda da soberania chegou a tal ponto que, nos últimos empréstimos, o Brasil teve que aceitar que qualquer dúvida jurídica quanto ao pagamento da dívida seja resolvida por tribunais de Londres e Nova Iorque. Para que o Brasil volte a ser dos brasileiros, é necessário o rompimento dos acordos com o FMI.

Contra expurgo nos salários

Desde que foram assinados os acordos com o FMI a política salarial passou a seguir as ordens dos banqueiros, com sede de trabalho barato. Uma nova e violenta onda de arrocho salarial começou com o decreto 2012 e 2024. Passando por cima do Congresso Nacional, Figueiredo cortou os 10% acima do INPC, que já eram direito adquirido

para os que ganhavam até três salários mínimos. Mas esses decretos foram apenas o começo. No fim de junho seria lançada a mais séria medida de arrocho salarial dos últimos anos: o expurgo do INPC.

A falsificação dos índices dos reajustes salariais, já praticada por Delfim e Simomoni, virou política oficial. Nos próximos meses todas as categorias serão reajustadas com base num índice falso — um roubo de no mínimo 5% da massa de salários, o que dá mais de 75 bilhões de cruzeiros por mês!

Estabilidade no emprego

A receita do FMI para combater a inflação e melhorar o comércio exterior do Brasil é a recessão. Com isso o ano de 1983 tem batido o recorde do desemprego. Os dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo são alarmantes. No primeiro semestre de 1983 o número de vagas na indústria paulista sofreu uma queda de 5%, o que corresponde a 90 mil empregos que deixaram de existir.

Os recentes movimentos de protesto dos desempregados paulistanos demonstraram a gravidade do problema, sob a pressão dos banqueiros internacionais. Basta dizer que o número atual de empregos na indústria paulista é de 1,6 milhão — o mesmo número que era oferecido em 1973! Desde 1980 o Brasil está em recessão, e os dados de São Paulo mostram que com essa política tivemos um retrocesso de 10 anos. É urgente a necessidade da estabilidade no emprego e do seguro desemprego — a proteção do Estado aos desempregados. Assim como é urgente a necessidade do crescimento da economia brasileira e da criação de novos empregos.

Contra aumento de 130% do BNH

A ordem do FMI é cortar os subsídios que aliviam os preços para o povo, tais como os programas de saúde, moradia e o subsídio do trigo, que segurava o preço do pão. No caso do BNH essa política está sendo trágica.

Com o desgoverno e a demoralização do modelo econômico dos militares, a inflação disparou, ultrapassando os 120%. E o BNH, ao invés de ajudar os mutuários, dando um subsídio para as prestações da casa própria, seguiu o FMI e transferiu todo o aumento da inflação para os mutuários. Com isso o reajuste foi para 130%. No pacote lançado pelo BNH, uma verdadeira armadilha, quem quisesse escapar dos 130% seria forçado a cair no reajuste trimestral. Imagine o que pode dar um reajuste trimestral com uma inflação de 70% por semestre! Se essas medidas prevalecerem, calcula-se que mais de 800 mil casas poderão ser perdidas pelos seus moradores, o que atinge mais de 2 milhões de pessoas. Os mutuários exigem que as prestações sejam reajustadas em 70% do INPC, e que esse pacote seja jogado no lixo.

Contra pacote das estatais

Sabendo que as estatais representam uma espinha dorsal da economia brasileira, o FMI e os banqueiros se escaçaram como alvos importantes. Figueiredo assinou vários decretos contra as estatais, cortando em mais de 2 trilhões de cruzeiros os seus investimentos, restringindo seu crédito, e facilitando sua compra por grupos estrangeiros interessados.

Com o decreto 2036 Figueiredo procurou atingir diretamente os empregados das estatais, cortando seus



salários e suas conquistas. A participação nos lucros, que em várias estatais representava até 10% de adicional na renda dos empregados foi cortada. Auxílios para tratamento e empréstimos para casa própria e bens pessoais foram cortados, promoções foram abolidas. Apesar de alguns direitos, como os adicionais por tempo de serviço, não terem sido tirados dos funcionários atuais, os novos contratados não terão esses direitos. Isso abre uma perigosa brecha para a rotatividade no emprego nas estatais.

Liberdade sindical

O pacote das estatais causou grande reação dos trabalhadores. Reação que teve um ponto alto na passeata de 30 mil funcionários das estatais no Rio de Janeiro e se materializou com a greve dos petroleiros de Paulínia e Mataripé e dos metalúrgicos e outras categorias no ABC.

Essas manifestações foram marcadas pelo seu caráter político, pela exigência do rompimento dos acordos com o FMI. O governo agiu com repressão imediata: interveio nos Sindicatos de Paulínia, Mataripé e São Bernardo, e demitiu centenas de petroleiros. Demonstrou que, para lutar contra o FMI, é também necessário lutar contra o regime militar, sustentáculo do entreguismo. O fim das intervenções nos Sindicatos e a readmissão dos operários demitidos é indispensável para que os trabalhadores mantenham suas entidades, instrumentos fundamentais para suas lutas, e possam enfrentar a tração nacional do governo.

O caráter da greve em curso

A greve geral anunciada para o dia 21 é fruto de uma situação absolutamente insuportável para a classe operária e demais trabalhadores. Por isto mesmo não se dirige especificamente para a conquista desta ou daquela reivindicação. O acúmulo de medidas anti-nacionais e antipopulares levou a uma mudança de qualidade na luta.

Neste sentido, a lista de palavras de ordem e de reivindicações aprovadas pela pro-CUT e pelas demais lideranças sindicais pode ser vista quase como uma exposição de motivos que conduziu à greve geral. No fundo este conjunto pode ser sintetizado em três questões-chaves, que marcam o caráter político do movimento em curso:

Pelo rompimento com o FMI e a conseqüente revogação de todos os pactos e decretos impostos por exigência da tristemente famosa "Carta de Intenções" e seus desdobramentos posteriores.

Pela liberdade e autonomia sindical, com a imediata suspensão das intervenções nos Sindicatos em Paulínia, no ABC e em Mataripé. Assim como a readmissão de todos os trabalhadores demitidos.

Pelo fim do regime militar e por eleições diretas para a presidência da República. A própria unificação das mais diversas categorias dos trabalhadores em plano nacional coloca diretamente em pauta o anseio geral por liberdade e democracia.

Esta definição mais clara dos objetivos maiores da luta só pode contribuir para o seu sucesso e para elevar o nível de consciência das amplas massas nela envolvidas. A simples listagem das inúmeras questões pode diluir o caráter do movimento e ocasionar uma interpretação que nem a batalha em curso.

As reivindicações econômicas estão presentes na cabeça de todos os trabalhadores. Mas não se pode camuflar que a própria transparência e entreguismo do governo levaram a greve para um patamar mais elevado de luta, já materializado pela greve política de Paulínia e do ABC e que é ainda mais acentuado na greve em preparação.



A piora constante das condições de vida da população teve por resposta a mobilização dos trabalhadores contra o governo.

Como anda a preparação da greve geral no país

Nas sedes dos principais Sindicatos e no interior das grandes empresas de São Paulo a conversa é uma só: a paralisação geral no dia 21. Entre as categorias que garantem que páram estão os metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo. Várias reuniões intersindicais também decidiram preparar a greve e nos outros Estados há movimentação. (ver box)

Os metalúrgicos de São Bernardo, em assembleia no domingo que reuniu 10 mil operários, decidiram encerrar sua greve de protesto. Ao mesmo tempo, com muito vigor, foi consenso a necessidade de somar forças na greve do dia 21. Representantes das Comissões da Ford e da Volks afirmaram sem vacilar: "Nós vamos parar tudo de novo" e falaram em repetir os piquetes que pararam o ABC. Jair Meneuggli, presidente cassado do Sindicato, conclamou "todos a prepararem na greve geral que vai juntar milhões de brasileiros" e ressaltou que "desta vez não vamos ficar sozinhos, isolados". Milhares de exemplares da **Tribuna Metalúrgica** estão sendo distribuídos nas portas das fábricas, convocando a paralisação de quinta-feira.

Metalúrgicos da capital prontos para a greve

Outro Sindicato que garante que a categoria vai parar é o dos metalúrgicos da capital paulista, conforme enfatiza o presidente da entidade, Joaquim Andrade: "Temos mobilização para parar até amanhã, mas vamos aguardar o



Na assembleia de Vila Euclides os metalúrgicos de São Bernardo decidiram que voltam a parar no dia 21.

dia 21". Tem sido feitas várias greves no setor contra o *facão*, como a dos 1.800 operários da GTE e os 1.100 da Taio, na semana passada. Como forma de protesto contra as intervenções sindicais, os 4 mil metalúrgicos da Ford cruzaram os braços durante uma hora na noite do dia 8. "Foi um aviso aos patrões de que nós temos condições de parar", afirma um dirigente da entidade. As convocatórias para a greve já estão agitando a categoria. Numa reunião com mais de 500 delegados que participaram do Congresso de abril, ficou acertado parar toda São Paulo. Ativistas das grandes fábricas estão certos de que nada impede o movimento paralista. Em São Paulo e São Bernardo concentra-se o grosso da classe operária paulista, com 500 mil metalúrgicos — o polo mais avançado da classe.

Não são apenas os metalúrgicos destas duas grandes cidades que

resolveram desligar as máquinas. Reunidos na sede da Federação dos Metalúrgicos do Estado, 31 Sindicatos do interior reafirmaram a necessidade da paralisação unificada no dia 21. "A preparação da greve está boa", diz Vicente Alexandria, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que completa: "Temos feito portas de fábrica com 15 mil boletins diários, com a contagem regressiva: 'faltam tantos dias para a greve geral'. A aceitação do pessoal tem surpreendido a gente. Numa assembleia com mais de mil pessoas a greve foi aprovada. Agora, o pacote que saiu ontem (quarta-feira) empurrou ainda mais para a greve, o descontentamento é grande". No município existe uma articulação intersindical que reúne as entidades dos Químicos, Condutores de Veículos, Bancários, Professores e Comerciantes e vai ser feito um boletim conjunto com 50 mil exemplares. Em Taubaté a Ford, que parou no dia 7, e a Volks pararam. Em Ribeirão Preto as grandes fábricas também fecharam. Em Guarulhos haverá uma assembleia mas um dos diretores da entidade, Francisco Cardoso, afirma que "uma parte dos metalúrgicos deve parar".

Metrô e ônibus podem paralisar toda a cidade

Há grande expectativa quanto à possibilidade de greve dos condutores de ônibus e dos metropolitâ-

rios, que pode paralisar totalmente a capital paulista. Soler, diretor do Sindicato dos Metroviários, acredita que "o novo pacote deve acirrar os ânimos. Temos dito que ou nos unimos num movimento amplo ou teremos que engolir novos saques; e agora sai um novo decreto contra os salários". Ele também lembra que "a categoria vem de uma campanha salarial bastante vitoriosa", mas cita um problema: "A categoria tem dúvida quanto à adesão de outros setores. Predomina o pensamento de que se os outros pararem a gente para, o que é incorreto". Já os motoristas tem assembleia marcada e neste momento o trabalho é de divulgação da greve do dia 21.

Entre os trabalhadores nas estações, duramente atingidos com o decreto 2.036 que retira vários direitos conquistados, a revolta é grande. Uma reunião do Secretariado dos Trabalhadores em Empresas Estatais, na tarde de terça-feira, decidiu parar o setor. A Cesp e a Eletropaulo, segundo dirigentes sindicais, vão parar. E os funcionários do Banco do Brasil, em assembleia no dia 11, com 4 mil dos 7 mil funcionários, decidiram aderir ao protesto. A movimentação nos bancos e grande. Há inclusive bancários que reclamam do atraso da paralisação no setor.

Já na Baixada Santista o IV Encontro das Classes Trabalhadoras, realizado no dia 10 com a presença de 19 entidades sindicais, representando 120 mil assalariados, decidiu aderir à greve do dia 21. Entre os mais mobilizados estão os 13 mil doqueiros, os 14 mil metalúrgicos e os 2.400 petroleiros.



A reunião do Conselho de Segurança; o FMI esfregou as mãos...

Generais decretam o super pacote

Os generais do Conselho de "Segurança" Nacional, reunidos quarta-feira em Brasília, resolveram assumir diretamente a política salarial. Sua primeira medida, anunciada pelo general Figueiredo antes de viajar aos EUA, é o Decreto-Lei 2045: corta 20% do INPC nos reajustes de salários e corta também a produtividade. É um massacre salarial.

As medidas do 2.045 são várias vezes piores que as do famigerado decreto 2.012, que virou 2.024 depois da palhaçada do acordo PDS-PTB. O conjunto dos assalariados é duramente atingido, e as maiores vítimas são justamente os que ganham até sete salários mínimos, que representam exatamente 90% dos trabalhadores, recebendo 50,5% da massa salarial. Em vez de receber 100% do INPC, como antes, eles receberão apenas 80%. Isso sem contar o "expurgo" do INPC, que deve ultrapassar 5%.

Tomemos o exemplo concreto de um trabalhador que ganha hoje 100 mil cruzeiros. Pelo sistema anterior ao 2.045, ele teria um reajuste de 55%, que é o INPC atual ou seja, passaria a ganhar 155 mil cruzeiros. E já estaria sendo roubado em mais ou menos 7 mil cruzeiros devido ao chamado expurgo ou desindexação do INPC. Mas com o novo decreto ele não recebe o INPC integral, de 55 mil cruzeiros, recebe somente 80% desse valor, ou seja 44 mil cruzeiros. Resultado: em vez de 155 mil, vai receber apenas 144 mil cruzeiros — um roubo extra de 11 mil cruzeiros.

Somando os ataques do governo aos salários este ano, podemos fazer uma estimativa de que, para a taxa inflacionária atual, de 127%, os salários terão um reajuste anual de 90%. Quer dizer, perderão em 12 meses cerca de um quarto do seu poder aquisitivo!

Agora isso, ainda foi cortado o reajuste adicional por

ganho de produtividade — que vinha sendo negociado entre os patrões e os trabalhadores e, este ano, atingia até 5%, ou mesmo 6%.

A decisão dos generais foi ditada pelo Fundo Monetário Internacional, que multiplicou sua pressão nos últimos dias. O auge da pressão foi a declaração do BIS (uma união dos bancos centrais das metrópoles capitalistas do Ocidente), de que não iria permitir que o Brasil atrasasse o pagamento de uma prestação de 400 milhões de dólares, que venceria dia 15. Isso precipitou as coisas.

Definir Netto fez uma misteriosa viagem a Londres e, por fim, veio o decreto do massacre. Enquanto o Conselho de Segurança se reunia, os gringos do FMI, em outra sala do Palácio do Planalto, esfregavam as mãos de contentamento. E no final seu chefe, mister Eduardo Wiesner, disse que as medidas "são muito importantes e vão contribuir para o fechamento do acordo".

O 2.045 fala também em tabelamento de juros, para fingir que "todos serão sacrificados". Mas os próprios banqueiros, com cara de pau, já disseram que dispõem de outros meios inclusive para elevar ainda mais os juros. Ao mesmo tempo, não foi tomada nenhuma medida contra os especuladores do mercado financeiro, que da noite para o dia ganharam bilhões de cruzeiros, sangrando os recursos do Estado. E há quem diga que medidas ainda piores virão.

(Luiz Gonzaga)

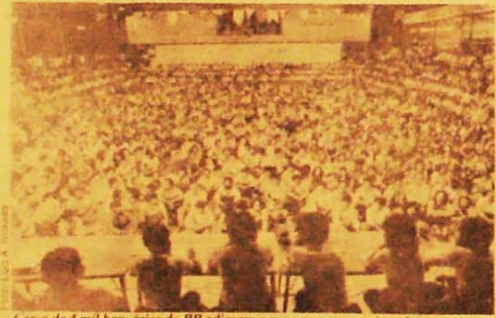
A unidade é a chave do sucesso

O impacto do roubo de 20% nos reajustes salariais, mais a movimentação simultânea destes dias e o estado de ânimo da massa de trabalhadores criam uma certeza: estão aí as condições para uma adesão maciça à greve geral do dia 21.

A preparação do movimento decidirá o tamanho dessa adesão. Já se sabe que não será de cem por cento, coisa que por sinal nunca existiu na história mundial das greves gerais. Tudo indica que será mais forte em São Paulo, ponta de lança da luta operária, enquanto nos demais Estados o quadro é desigual. Mas quando chegar quinta-feira cada categoria, cada empresa que parar estará engajada em algo muito grande — um gigantesco "basta!" de milhões de bra-

seiros injustiçados pela política do FMI e dos generais. O mesmo vale para as manifestações programadas pelo país afora.

Há uma chave para o sucesso no dia 21: a unidade, com base no espírito, nas bandeiras e nas formas de luta decididas na reunião dos 137 (ver página 5). Antes de tudo unidade de ação e aglutinação entre as grandes massas assalariadas. Mas também unidade na condução do movimento, unidade entre os demais Estados e São Paulo, entre o movimento sindical e todos os vastíssimos setores da Nação que estão do lado dos trabalhadores, contra o desgoverno e o FMI. Mais do que um princípio geral, esta é uma questão colocada em regime de urgência nesta semana.



Cerca de 4 mil bancários do BB adiaram a sua greve para quinta-feira

A paralisação nos outros Estados

Ainda são escassas as informações dos outros Estados. No Rio Grande do Sul, a Intersindical local já havia marcado a greve, inclusive confeccionado cartazes para o dia 25, mas na última da unidade já está trabalhando para parar na quinta-feira. Paulo Palm, coordenador da intersindical, está confiante: "A mobilização é grande. Já fizemos duas assembleias com 15 mil trabalhadores e todos cobram o dia da greve geral". Ele prevê que pararam os operários da construção civil de Porto Alegre, os metalúrgicos de vários municípios, dos motoristas, policiais federais e dos trabalhadores das empresas estatais.

O quadro não é tão negro no Rio de Janeiro como pintam alguns dirigentes sindicais contrários à greve. Nos estaleiros de Niterói o clima é explosivo, devido à última onda de demissões em massa. Abdias, presidente do Sindicato, diz que "os estaleiros não parar, nem que para isso sejam necessários piquetes para espartar o meio do desemprego". Entrevistados pela **Tribuna Operária**, vários operários do Estaleiro Caires se posicionaram a favor da paralisação. "Se tiver greve geral nós estamos aí. O Brasil

precisa e disso mesmo", afirmou um dos entrevistados.

Em Minas a intersindical e a Federação dos Metalúrgicos alegam falta de mobilização para a greve. Porém não descartam em algumas categorias e grandes fábricas, e prometem realizar, onde não houver greve, grandes manifestações de protesto. Em Vitória do Espírito Santo dirigentes sindicais dos comerciantes, professores, jornalistas, médicos, operários da construção civil e das Federações dos Trabalhadores na Indústria e dos Bancários, reunidos no dia 11, decidiram aderir à greve do dia 21.

Nelson Bahia, representante da intersindical baiana, diz estar em contato com o movimento que o país está vivendo. Quando ouviu os petroleiros de Mataripe parados, com o rosto cheio de alegria, dispôs-se a entrar a cápsula e a lutar, meus olhos se encheram de água. Desde o golpe de 64 que não sei viver sem greve geral e se eu não tenho a adesão da maioria dos trabalhadores, no seu Estado ele acredita que alguns setores devam parar, e isso que interessa nesta etapa, já é grandioso. Depois novas greves gerais e outras coisas muito boas, para mudar este país.

PELA GARANTIA DO EMPREGO



Delegados do Congresso dos Metalúrgicos paulistanos decidem pela greve.